

**XVIII Colóquio da Associação Francófona Internacional de
Pesquisa Científica em Educação (Afirse):**

Deontologia, ética e valores na educação – Utopia e realidade

18, 19 e 20 de Fevereiro de 2010

Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa



Para mais informações:

<http://afirse.fpce.ul.pt/>



Trabalho Social na escola : um estudo comparativo entre TEIPS e GAAFS

VIEIRA, Ana – CIID/IPL – anamariasnvieira@hotmail.com

VIEIRA, Ricardo – CIID/IPL – rvieira@esecs.ipleiria.pt
www.ciid.ipleiria.pt

Resumo

Nesta comunicação apresentar-se-á parte de uma pesquisa em curso sobre o trabalho social realizado num programa TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária e num GAAF – Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família, onde professores, psicólogos, educadores sociais e assistentes sociais têm trabalhado em conjunto para construir estratégias de resolução de problemas sociais que tantas vezes se transformam em indisciplina escolar e na exclusão de muitos alunos do acesso à cultura hegemónica.

Palavras Chave: Mediação sociopedagógica, TSTS, TEIP, GAAF

Enquadramento

Em contextos de complexidade pedagógica e diversidade sociocultural, espera-se, tantas vezes, que os professores do ensino básico e secundário tenham, entre outras missões, a de educadores, bons transmissores de conhecimento e de valores, instrutores, animadores, mediadores entre a escola, a família e a comunidade (Peres, 1999), construtores do sucesso educativo para todos e de futuros promissores e de qualidade de vida para todos. Muitas vezes, é-lhes pedido, ainda, que contribuam para o combate à discriminação e que actuem com vista à construção de uma escola e de uma sociedade cada vez mais inclusivas. Trata-se, provavelmente, de muito papel social para um professor só (Teodoro, 2006).

Alguns professores são polivalentes e até se dão bem com esta diversidade de papéis para além da dinamização do processo de ensino/aprendizagem. Outros, dizem, simplesmente e frequentemente, que *“eu sou professor, não sou psicólogo nem assistente social...”*

Para estabelecer a comparação entre o trabalho que tem sido realizado no contexto dum Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) e no contexto dum Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), opta-se, neste texto, por apresentar parte da análise a um questionário aplicado em dois agrupamentos escolares da região centro de Portugal para colher o ponto de vista dos professores sobre como lidar com a diferença, a desigualdade e os problemas da sociedade contemporânea que se espelham na “escola para todos” (Canário e Rolo, 2001) e sobre as representações que têm da entrada de novos profissionais na escola (educadores sociais, assistentes sociais, mediadores socioculturais, etc.) associados a estes programas de intervenção social e educativa.

A Mediação Sociopedagógica e os TSTS no TEIP e no GAAF

Quem são os mediadores sociopedagógicos? Os professores? Apenas os professores? Ou serão precisos outros profissionais nas escolas (Carvalho e Baptista, 2004; Caride, 2005) tais como assistentes sociais, educadores sociais, animadores culturais, psicólogos e outros Técnicos Superiores de Trabalho Social (TSTS) a trabalharem como mediadores sociopedagógicos nas escolas?

“[...] a mediação desenha um arco social que cruza todas as fronteiras culturais, económicas e étnicas, iluminando zonas conflituosas a pequena e grande escala. A missão da mediação é exactamente a de servir de ponto de encontro daqueles que são diferentes sem cair na tentação de os homogeneizar. A mundialização contribui para que todos os dias se inaugurem novas relações e mostra-nos que os diferentes também somos nós próprios”. (Torremorell: p. 81)

Embora esteja conotada com práticas conciliadoras, a mediação tem-se vindo a afirmar como um modo alternativo de resolução de conflitos, como um modo de regulação social ou um *“método de desenvolvimento social e cultural”*, que assume diversas formas consoante a situação, o perfil do mediador e da representação que este tem de todo o processo.

A mediação inclui, necessariamente, uma terceira pessoa, ou seja, a mediação desenvolve-se, no mínimo, numa interacção triangular onde o mediador funciona como um tradutor de culturas.

O campo de acção do técnico superior de trabalho social (TSTS) nas instituições direccionadas para a educação formal foi, durante muito tempo, circunscrito a certo tipo de situações consideradas problemáticas e de carácter mais ou menos residual. Na expansão da escolaridade que torna cada vez mais visíveis as dificuldades de comunicação entre a cultura escolar e as culturas de origem de um número significativo de crianças e jovens, a função educativa torna-se num trabalho cada vez mais complexo, requerendo saberes e competências que, apesar de diversificados, só adquirem a eficiência na condição de comunicarem entre si. O TSTS, dispondo de uma formação teórica em ciências sociais e em educação social e mediação, reunirá boas condições para se constituir num agente catalisador de processos colectivos, promovendo a comunicação entre os diversos agentes socializadores, e ser esse mediador sociocultural e sociopedagógico bem como um construtor de pontes entre o local e o global (Vieira, 2009).

A construção duma comunidade educativa, através da constituição de equipas integradoras de todos os agentes socializadores, é uma via com potencialidades significativas no que respeita ao conhecimento e valorização das especificidades socioculturais nos contextos escolares. Os problemas pedagógicos, e de indisciplina na escola, são muitas vezes vistos como problemas escolares, quando, na verdade, eles são problemas sociais que se revelam e potenciam na escola (Amado, 2000). A escolarização dos problemas sociais ou a sua transformação em problemas escolares por consequência das tensões sociais, de que se ocuparam a psicologia e outras ciências, promoveu largamente uma visão da escola como uma instituição cujo funcionamento é redutível a comportamentos psicologicamente controláveis e, portanto, interpretáveis e reguláveis à luz de factores individuais.

O carácter simultaneamente interdisciplinar e prático dos TSTS, sejam eles Psicólogos, Assistentes Sociais, Educadores Sociais ou Técnicos de Mediação Escolar e Sociopedagógica, faz deles agentes com competências específicas no que respeita à inserção da escola em dinâmicas de desenvolvimento que implicam a articulação cooperante entre agentes da educação formal, informal e outros agentes sociais e

económicos, tendo em vista a construção de pontes interculturais entre a escola e a vida activa (Iturra, 1990; Peres, 1999; Vieira, 2009).

O GAAF e o TEIP constituem-se como espaços de mediação sociopedagógica, uma vez que procuram responder às tensões e aos problemas sociais dos alunos que provocam o seu desajuste no contexto social e escolar.

O GAAF surge como uma forma de mediação escolar, na Escola da Calçada, que estamos a estudar, no sentido em que parte da concepção de que o aluno é o principal actor dentro da escola e que só através da sua participação activa e da sua colaboração se torna possível melhorar o ambiente vivido na escola e na comunidade em que está inserido. Deste modo, o aluno é considerado o elemento central e mais importante na intervenção do GAAF. No entanto, não se pode trabalhar os alunos isoladamente pois são sujeitos sociais que estão inseridos numa comunidade, também ela com as suas potencialidades, problemas e dificuldades (Caride, 1995).

Os TEIP procuraram dar atenção a uma população escolar mais desfavorecida, nomeadamente a nível socioeconómico e cultural, tendo como principal objectivo o desenvolvimento e implementação de igualdade de oportunidades, respeito pela diferença e autonomia de cada um dos intervenientes.

Relativamente aos Projectos Educativos de cada escola envolvida em TEIP, é de referir que estes foram feitos com o auxílio dos Gabinetes do Ministério da Educação e o Instituto de Inovação Educacional, de modo a haver uma coerência entre os projectos e, ainda, de modo a que as escolas não se dispersassem quanto aos seus objectivos. Assim, puderam encontrar-se objectivos comuns para resolução dos problemas, que enunciamos de seguida: apoio pedagógico acrescido; currículos alternativos; criação de salas de estudo e de leitura; tutorias; criação de gabinetes de apoio a alunos e encarregados de educação; reforço alimentar aos alunos mais carenciados; articulação entre os diferentes ciclos; reforço de formação extra curricular; criação de ludotecas; incentivos à formação de Associações de Pais; estabelecimentos de protocolos com Autarquias.

Mesmo antes da integração de estagiários de Serviço Social em ambos os agrupamentos escolares, TEIP e GAAF, como pudemos observar em contexto de trabalho, os professores foram procurando ser eles próprios os mediadores sociopedagógicos,

colmatando, da forma que podiam, os problemas sociais dos alunos que iam percebendo não serem apenas de ordem meramente pedagógica.

Como são vistos os TSTS no TEIP e no GAAF?

Através dum inquérito por questionário, aplicado no contexto dum Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) e no contexto dum Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), procuramos, de seguida, mostrar os pontos de vista dos docentes sobre como lidar com a diferença, a desigualdade e os problemas da sociedade contemporânea que se espelham na “escola para todos” e sobre as representações que têm da entrada de novos profissionais na escola (educadores sociais, assistentes sociais, mediadores sociopedagógicos, TSTS, etc.).

TEIP- Estratégias a utilizar para ajudar na resolução dos problemas sociais dos alunos

Categorias	Nº de respostas	%
Ajuda directa ao aluno (documentos SASE)	12	13.48
Contacto/Comunicação com os Encarregados de Educação e com os órgãos de gestão da escola	26	29.21
Comunicação/ Encaminhamento social para entidades competentes	21	23.60
Incentivo à Educação para a Saúde	5	5.62
Mediação da relação Escola-Família	5	5.62
Referência a todas as categorias	2	2.25
Diálogo em grupo de turma	4	4.49
Sem resposta	14	15.73
Total	89	100.00

Questionados relativamente às estratégias a utilizar para ajudar na resolução dos problemas sociais dos alunos, no caso do TEIP, a maior parte dos professores inquiridos responde que se preocupa com a resolução dos problemas sociais dos seus alunos (83 em 89). À pergunta “Na sua prática diária preocupa-se em ajudar à resolução dos problemas sociais dos alunos?”, apenas seis professores referem não ter essa preocupação. Convidados a explicitarem as estratégias utilizadas na resolução dos problemas sociais dos alunos, a maioria opta por respostas que integramos na *categoria Contacto/Comunicação com os Encarregados de Educação e com os órgãos de gestão da escola* (26 em 89). Uma resposta bem elucidativa desta categoria refere “*Contactar directamente com os alunos e encarregados de educação e solicitar apoio às diferentes estruturas (psicólogos, conselho executivo, etc.)*”.

Uma categoria também bastante usada nas respostas abertas é a *Comunicação/ Encaminhamento social para entidades competentes* que colhe 21 respostas no total de 89: “*Através do contacto com associações de protecção de crianças e menores em risco, através de encaminhamento para técnicos especializados*”.

GAAF- Estratégias a utilizar para ajudar na resolução dos problemas sociais dos alunos

Categorias	Total	%
Contacto/Comunicação com os profissionais afectos à comunidade escolar (Psicólogos, TSS, DT's, entre outros) e com os órgãos de gestão da escola	8	16,33
Mediação Escolar e da relação Escola-Família	19	38,78
Ajuda directa ao aluno (SASE: recursos materiais, alimentação)	4	8,16
Educação para a cidadania	2	4,08
Comunicação/ Encaminhamento social para entidades competentes (Segurança Social; CPCJ)	4	8,16
Sem opinião	2	4,08
Sem resposta	10	20,41
Total	49	100,00

No caso do GAAF, a resposta com maior incidência remete para o contacto dos professores com as famílias (19 em 49). Oito respondentes salientam a importância do

Contacto/Comunicação com os profissionais afectos à comunidade escolar (Psicólogos, TSS, DT's, entre outros) e com os órgãos de gestão da escola.

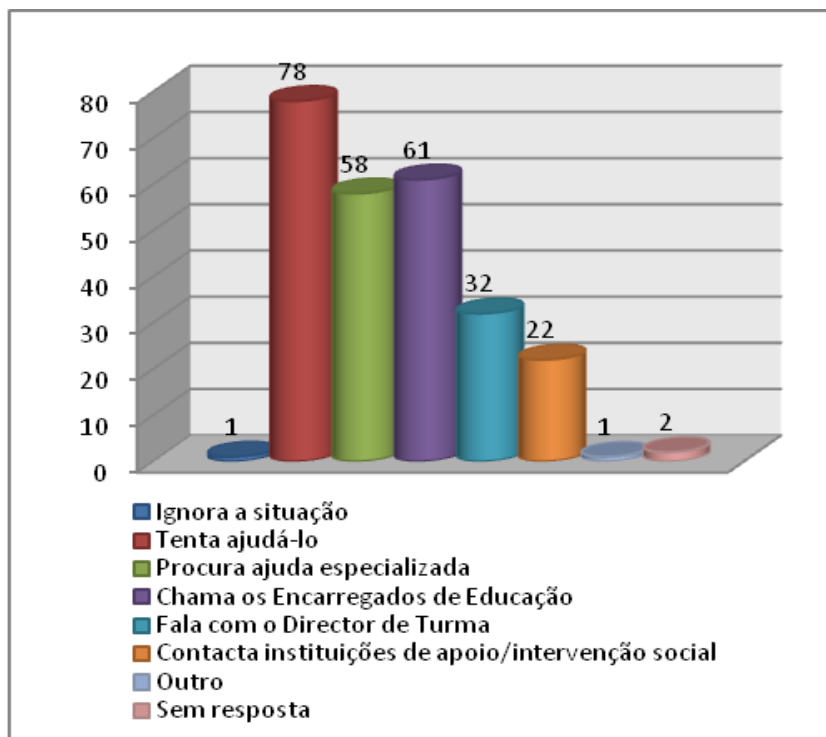
59 professores do TEIP, no caso daqueles que afirmaram ter tempo e preparação para ajudar o aluno quando apresenta algum problema, diz recorrer à articulação com a família para ajudar os alunos quando apresentam algum problema. Cerca de 39 dos professores recorre também à articulação/encaminhamento para algum meio institucional, como é o caso da CPCJ. 40 professores recorrem ao apoio psicológico dos alunos.

Já no caso do GAAF, sobressai, além da articulação com a família, a referência ao encaminhamento para as instituições tipo CPCJ, entre outras.

Quanto às sugestões que os professores apresentam devido à falta de tempo e preparação que sentem ter quando algum aluno demonstra algum problema social, no caso do TEIP da Mata, Três professores consideram que *“seria importante ter alguma formação em alguma área”*. 16 *“consideram fundamental a contratação de pessoal especializado a fim de ajudarem os alunos na resolução dos seus problemas”*. Um professor referiu, ainda, que *“seria importante ter formação na área da psicologia”*. Dois professores não especificaram a área onde gostariam de ter formação, embora o tenham admitido.

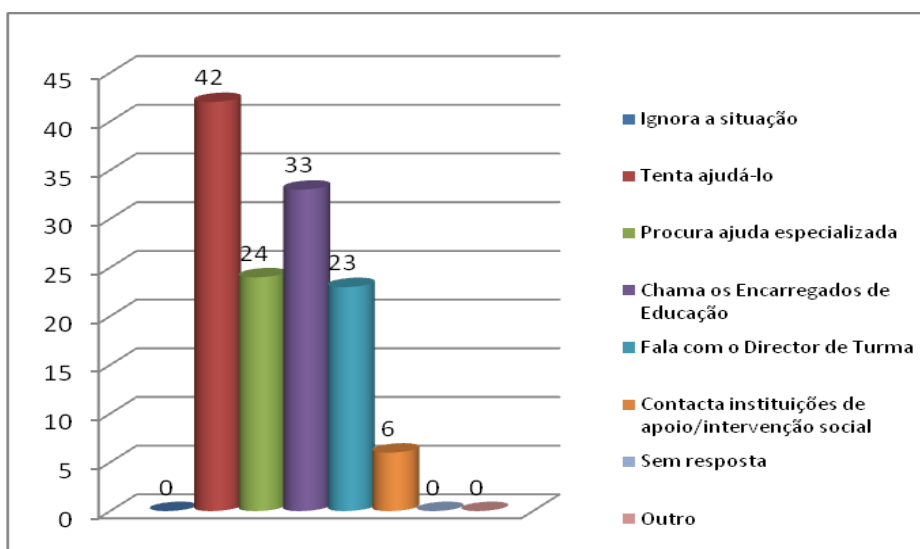
Já no caso do GAAF, os professores apontam as seguintes sugestões: do total de professores inquiridos, 49, apenas um referiu, como sugestão, a formação adicional, embora não tenha referido nenhuma área em particular. A contratação de pessoal especializado, incluindo assistentes sociais e psicólogos, é, assim, a resposta que reúne maior adesão por parte dos profissionais (19).

TEIP - O que faz quando se depara com um aluno dito “problemático”



Questionados sobre o que fazem quando lhes surge o que designam de “aluno problemático”, no caso do TEIP, oito professores afirmam que tentam ajudá-lo; 61 professores optam por chamar os Encarregados de Educação; 58 professores procuram ajuda especializada para auxiliar o aluno; 32 professores falam com o Director de Turma; 22 professores contactam instituições de apoio/intervenção social.

GAAF - O que faz quando se depara com um aluno dito “problemático”



Igual questionário aplicado ao GAAF mostra que 42 em 49 respostas apontam para a ajuda ao aluno, não justificando a forma; 33 dizem chamar os encarregados de educação; 23 dizem ignorar a situação e 30 dizem procurar ajuda especializada.

Em ambos os casos é bem relevante a tónica colocada na ajuda especializada, o que traduz um sentimento de incapacidade de resolver problemas que, dos seus pontos de vista, ultrapassam o âmbito de acção dos professores.

No âmbito deste questionamento, em ambos os casos, TEIP (Canário e Rolo, 2001) e GAAF, a grande parte dos professores afirma que a escola não tem condições para resolver os problemas sociais dos seus alunos.

Quando se pergunta aos docentes se gostariam de frequentar acções de formação de forma a capacitar para a resolução dos problemas sociais dos alunos, a maioria responde que sim, assumindo a não preparação para a mediação sociopedagógica.

Algumas respostas elucidativas do posicionamento de que os professores e a escola não bastam para a resolução de problemas emergentes na escola que já não são meramente pedagógicos e disciplinares mas, antes, sociais, são: “[...] *esse não é o papel principal do professor*”; *“o papel do professor não deve substituir o papel da família.”*;

Algumas respostas colocam a responsabilidade da resolução dos problemas sociais totalmente fora da escola: *“o problema não é a falta de formação ou interesse dos professores”*; *“Estas questões passam pela família e não pela escola”*; “[...] *para isso existem instituições e os apoios especializados que deviam resolver cada caso por si*”; “[...] *porque há pessoas com formação específica para o fazerem*”.

Sabe-se que a escola se abriu há muito a psicólogos. E, provavelmente, qualquer inquérito de rua mostraria que a maior parte dos respondentes concorda com a existência dum psicólogo na escola. Já o mesmo não sucederia, talvez, se fizéssemos a pergunta relativamente a profissionais sociais, assistentes sociais ou educadores sociais, os tais TSTS indicados atrás.

Talvez a explicação passe pelo facto de o senso comum continuar a ver a escola como o lugar epistemológico homogeneizador, normalizador e que remete as diferenças para a dimensão das deficiências as quais são enviadas para o trabalho psicológico (Vieira, 1999b). Serve esta consideração para mostrar um conflito, pelo menos latente, que esta pesquisa mostra: por um lado os psicólogos com legitimação no sistema escolar; por

outro, os técnicos sociais, que precisam de se afirmar e ver reconhecidas as suas competências para mostrar como muitos problemas pedagógicos têm uma raiz sociocultural e que a resolução passa pela mediação social e escolar (Caride, 2005; Amado, 2000; Carvalho e Baptista, 2004; Peres, 1999). Há, assim, nos dois casos estudados nesta pesquisa, alguma falta de clarificação entre os papéis de um e de outros a par do trabalho docente.

Algumas notas conclusivas

Esta breve comparação entre a mediação sociopedagógica no TEIP e no GAAF resulta dum projecto em curso no CIID – Centro de Investigação identidades e Diversidades, do Instituto Politécnico de Leiria. Muito haveria que dizer não fosse a limitação temporal e espacial própria das comunicações apresentadas em congressos.

Por isso optámos por mostrar e interpretar essencialmente alguns dados dum questionário aplicado a docentes dos dois agrupamentos de escolas em causa.

Em ambos os casos (TEIP e GAAF) os professores parecem idealizar a entrada de outros profissionais sociais na Escola.

Bem relevantes, são, também, do ponto de vista numérico e substancial, as seguintes categorias de resposta: *aprender com os profissionais da área social*; e *a resolução de conflitos sociais dos alunos não compete apenas à escola mas também às famílias e às instituições sociais*.

A totalidade dos professores inquiridos gostaria que a escola tivesse mais pessoal profissionalizado para resolução dos problemas sociais dos alunos.

Em relação aos TSTS, os técnicos que os docentes do TEIP e do GAAF gostariam que existissem na escola, emerge o psicólogo (73), o assistente social (70), o educador sócio cultural (38) e o animador sócio cultural (28).

São ainda sugeridos terapeutas da fala, técnicos de saúde e um responsáveis pelos encarregados de educação na opção de resposta ao questionário “outros”.

Terminamos elencando algumas vozes de professores que vêm com bom grado, e como solução para a mediação das tensões sociais e para a resolução dos problemas

sociais na escola, o recurso a profissionais sociais que não sejam necessariamente professores, os que designámos de TSTS.

TEIP –

“considero que não deve ser o professor só por si a dar resposta aos problemas sociais dos alunos, tendo em conta a sua carga horária. Considero pertinente que se dê formação neste aspecto aos pais e apoios para a resolução dos seus problemas e que técnicos especializados os apoiem”;

“uma acção de formação nesse tema seria uma mais-valia para os profissionais empenhados, no entanto parece-me completamente impossível dado que cada dia que passa estamos mais absorvidos com tanto trabalho na escola, acções de formação obrigatórias para podermos atingir os créditos necessários a cada patamar e como seres humanos temos família e necessidade de descansar”;

“deve haver pessoal especializado nesta área. Não devem ser os professores a abranger todos os sectores.”

GAAF -

“Formação específica é mais necessária”; “Pelo menos para não nos sentirmos sozinhos e para troca de experiências”.

“Um professor já tem pouco tempo para preparar adequadamente as suas actividades lectivas. Além disso, não deve acumular funções/responsabilidades de outras áreas”;

“O professor não pode ser ‘pau para toda a obra’. É fundamental e urgente atribuir essa função a técnicos especializados”;

“Penso que não é da minha competência resolver problemas sociais. Sou um pedagogo e não assistente social, nem tão pouco psicóloga”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, J. (2000). *Interacção Pedagógica e Indisciplina na Aula*, Porto: Asa Editores.
CANÁRIO, R..ALVES, N. ROLO, C. (2001). *Escola e Exclusão Social*, Lisboa: Educa,

- CARIDE, A. (2005). *Las fronteras de la pedagogia social. Perspectivas científica e histórica*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- CARIDE, A. J. e MEIRA, P. A. (1995). “A perspectiva ecológica: referências para o conhecimento e praxis educativa” in CARVALHO, A. D. (org.). *Novas Metodologias em educação*. Porto: Porto Editora.
- CARVALHO, A. e BAPTISTA, I. (2004). *Educação Social. Fundamentos e Estratégias*, Porto: Porto Editora.
- ITURRA, R. (1990). *A construção do insucesso escolar*. Lisboa: Escher.
- PERES, A. (1999). *Educação Intercultural – Utopia ou Realidade*. Porto: Profedições.
- TEODORO, A. (2006). *Professores para quê? Mudanças e desafios na profissão docente*. Porto: Profedições.
- TORREMORELL, M. C. B.é (2008). *Cultura de Mediação e Mudança social*. Porto Editora.
- VIEIRA, R. (1999). *Ser Igual, Ser Diferente: Encruzilhadas da Identidade*, Porto: Profedições.
- VIEIRA, R. (2009b). “Entre o particular e o universal: a escola e a construção da cidadania Glocal” in *A escola como espaço social - leituras e olhares de professores e alunos*, Porto: Porto Editora.